

# Movimento social de prostitutas no Brasil e a luta contra a Putafobia: por uma pedagogia da batalha e decolonial

## *Social movement of prostitutes in Brazil and the fight against Whorephobia: for a battle and decolonial pedagogy*

*Fernanda Priscila Alves da Silva*<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo pretende des-velar cenas e imagens acerca dos modos como trabalhadoras sexuais, em batalha tecem e constroem uma pedagogia própria, aqui denominada de pedagogia da batalha. Esta pedagogia da batalha carrega consigo elementos do que temos denominado de decolonialidade. Proponho uma discussão acerca da decolonialidade a partir das narrativas e experiências de trabalhadoras sexuais e do Movimento Social de Trabalhadoras Sexuais no Brasil. Trata-se de um estudo empírico, de cunho exploratório, realizado entre os anos de 2017-2021. O referencial teórico se circunscreve ao campo de estudos em educação e dialoga com referenciais teóricos da Sociologia, da Antropologia e da Psicologia. O grupo pesquisado é composto de mulheres de baixa renda, em exercício de prostituição, prevalecendo idade a partir dos 35 anos, além de um conjunto mais amplo de pessoas que consiste do grupo que compõe os familiares e rede de apoio e cuidado das crianças e socialização e educação dos filhos e filhas. As narrativas das Trabalhadoras Sexuais apontam na problematização e discussão deste artigo que o Movimento de Trabalhadoras Sexuais tem se configurado como um importante locus de transformação da sociedade e visibilização de sujeitas subalternas que historicamente foram silenciadas. Estes corpos apontam a construção de uma pedagogia da batalha e decolonial onde os saberes tecidos na rua reivindicam, resistem e emancipam.

**Palavras-chave:** Movimento social. Prostitutas. Batalha. Decolonialidade.

**Abstract:** The article intends to reveal scenes and images about the ways in which sexual workers, in battle, weave and build their own pedagogy, here called pedagogy of battle. This battle pedagogy carries with it elements of what we have called decoloniality. I propose a discussion about decoloniality based on the narratives and experiences of sex workers and the Social Movement of Sex Workers in Brazil. This is an empirical, exploratory study carried out between the years 2017-2021. The theoretical framework is limited to the field of studies in education and dialogues with theoretical frameworks from Sociology, Anthropology and Psychology. The researched group is composed of low-income women, in prostitution, prevailing age from 35 years old, in addition to a broader group of people that consists of the group that makes up the family members and support network and child care and socialization and education of sons and

---

<sup>1</sup> Fernanda Priscila Alves da Silva, Psicóloga e Pedagoga. Professora Adjunta do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutora em Educação e Contemporaneidade pelo Programa de Pós Graduação e Contemporaneidade, UNEB. E-mail: feracatejo2@gmail.com

daughters. The narratives of the Sex Workers point out in the problematization and discussion of this article that the Sex Workers Movement has been configured as an important locus of transformation of society and visibility of subaltern subjects that historically were silenced. These bodies point to the construction of a battle and decolonial pedagogy where the knowledge woven in the street claims, resists and emancipates.  
**Keywords:** Social movement. Prostitutes. Battle. Decoloniality.

## 1. Introdução

A revolução que emerge na rua e da rua se expressa no movimento de corpos em trânsitos. Corpos cambiantes em circulação. Corpos em ebulição. Este artigo fala um pouco destes movimentos e gingados, destas utopias e resistências do chão de cada dia, das lutas noturnas, dos silêncios e gritos da calada da noite. Assim o Movimento social de prostitutas no Brasil nasce e cresce. Um movimento da rua, da praça, dos bares e orlas, dos botequins e bregas. Um movimento que tem molejo, batom vermelho e purpurina. Sorrisos largos nas ladeiras, becos e escadarias. Se a rua é resistência, ela tem sido também o lugar da violência. O soco no estômago. O controle, a higienização. O silêncio. A putafobia.

Este artigo nasce da experiência e do encontro. A pesquisa que se faz a partir da construção de vínculos, da gestão de parcerias e redes de afeto. Aprendi com as Trabalhadoras Sexuais que os estudos sobre suas vivências e contextos só tem sentido quando nos propomos a também nos tornarmos Putas pesquisadoras. É preciso assumir a luta, colocar seu batom vermelho e ocupar a praça. Desse modo, a partir destes encontros vivenciados na praça, na rua, nos bares e hotéis, o presente artigo pretende trazer a toda uma pequena fagulha do quanto tem sido transformador este engajamento e construção epistêmico-metodológica. Compartilho do mesmo sentimento de Pelúcio (2005), que realizou uma etnografia com travestis que se prostituem no contexto de São Carlos e que pensa como ainda se faz necessário um longo caminho acerca destes contextos e pessoas. É preciso, pensar e repensar

práticas, realidades, contextos diversos e fundamentalmente assumir uma postura ética.

Assim, no mundo noturno e boêmio, não cabe a Mulher (como categoria universal e indivisível), isto é, a mãe, a virgem, a da casa; mas sim a mulher perdida, a prostituta, que é incapaz de gerar; a pecadora. O que fazemos, então, nós, as pesquisadoras ali? A resposta para a questão acima é só uma: pesquisamos! Buscamos dados para nossos trabalhos. Escrevemos um livro, temos interesse sobre aquele tema, sobre aquelas pessoas. Acreditamos que são dignas de serem conhecidas e alvo de interesse acadêmico, que valem nosso tempo e reflexão. Declarar isso da maneira mais clara e despretensiosa possível é nosso dever em campo. E isso não é uma receita, mas um princípio. Creio que todas e todos nós devemos nos guiar pela ética, ainda que nem sempre isso implique em falar a verdade ou toda a verdade (PELÚCIO, 2005, p.219).

Durante alguns bons anos (já somam mais de 15 anos) venho me debruçando sobre os estudos acerca das realidades vivenciadas pelas mulheres cis gênero que exercem o trabalho sexual. A primeira aproximação se deu como educadora popular, posteriormente como pesquisadora e por fim como parceira de caminhada. Tenho a honra de ter no meu convívio trabalhadoras sexuais que são referências e amigas de caminho. Em um dos estudos realizado, investiguei os processos de mobilidade, movimento, socialização e construção de saberes de mulheres pobres, inseridas em contexto de prostituição, em Salvador, Bahia. As interlocutoras da pesquisa tinham idades entre 30 e 65 anos e estão na *batalha* pela vida – expressão por elas utilizada para se referir ao trabalho como prostitutas nas ruas – desde a adolescência. As principais categorias norteadoras foram: socialização, educação, prostituição e trajetórias de vida sendo a categoria *batalha* uma expressão que emerge do campo no fazer e construir a pesquisa.

A *batalha* neste estudo foi uma categoria que emergiu no campo e segundo as trabalhadoras sexuais naquele contexto expressava o

entendimento e modo como estas trabalhadoras se viam e reconheciam no exercício profissional na rua. Trago esta categoria neste artigo como conceito-chave para refletir a partir das vivências e relatos destas trabalhadoras os modos de resistências das trabalhadoras sexuais contra a putafobia e garantia de direitos, principalmente no que tange à cidadania. Considero a educação como elemento chave neste processo, aqui compreendida a partir da referência de Paulo Freire. A educação – aqui pensada como forma/lugares de constituição de sujeitos – imprime nas dinâmicas sociais desta prática uma maneira própria de vivenciar o mundo e de atribuir sentidos e significados àquilo que é vivido a partir de tramas e enfrentamentos cotidianos da *batalha* na rua.

Elemento fundamental nesta discussão trata-se de captar que a *batalha* aqui expressa, a partir da experiência de trabalhadoras sexuais, uma das formas de tecer a decolonialidade. Aqui, a decolonialidade é vislumbrada a partir dos corpos e movimentos das trabalhadoras sexuais, ora nas ruas, nos bares, na *batalha*, ora no interior do movimento de prostitutas, por isso, o artigo pretende des-velar cenas e imagens acerca dos modos como trabalhadoras sexuais, em *batalha* tecem e constroem uma pedagogia própria, aqui denominada de pedagogia da *batalha*. Esta pedagogia da *batalha* carrega consigo elementos do que temos denominado de decolonialidade.

A decolonialidade, conceito inspirado por diversos autores e autoras em torno no “programa de investigação da modernidade/colonialidade latino-americano”, ou “rede modernidade/colonialidade”, cujos alguns destes autores/as são: Enrique Dussel, Walter Dignolo, Aníbal Quijano, Catherine Walsh, Ramón Grosfoguel, Santiago Castro-Gómez, Edgardo Lander, Arturo Escobar, Nelson Maldonado-Torres, dentre outros. De acordo com a perspectiva destes autores a decolonialidade demarca um questionamento radical e a busca de superação das mais distintas formas de opressão perpetradas contra as classes e grupos subalternos pelo conjunto de agentes,

relações e mecanismos de controle, discriminação e negação da modernidade/colonialidade (NETO, 2016, p. 17).

Propor uma discussão acerca da decolonialidade a partir das narrativas e experiências de trabalhadoras sexuais significa assumir um projeto epistêmico marcado pelo paradigma da crítica à hegemonia dos saberes construídos. Reconhecemos a legitimidade do Movimento de Prostitutas assim como os saberes que são produzidos e reconhecidos desde aí. Considero neste processo a importância da conceituação de des/decolonialidade como afirma Aníbal Quijano (QUIJANO apud Mignolo, 2015, p.09): “A crítica do paradigma europeu da racionalidade/ modernidade é indispensável, mas também, urgente”. Assim, a des/decolonização epistemológica significa um novo passo à comunicação intercultural, um intercâmbio de experiências e significados que tem como base outra racionalidade. Trata-se do que Aníbal Quijano nomeou de *pluriversidade*. E quando estamos discutindo sobre o Movimento de Prostitutas, reconhecer os saberes da batalha implica, sobretudo, em trazer para o centro do debate a questão de como os corpos e sexualidades são controlados desde a lógica da colonialidade/ modernidade.

Um dos aspectos relevantes em relação ao conceito de decolonialidade tem sido a ênfase dada ao fato de que, diferentemente das teorias tradicionais, a decolonialidade não tem sido pensada unicamente por intelectuais, mas, sobretudo, a partir e no interior dos movimentos sociais de resistência em todo o mundo, e em particular no Sul Global. Neste contexto, a educação popular, entendida como movimento, se encontra também neste espaço-território de construção de pensamento alternativo. Neste artigo considero importante a interlocução entre os conceitos: educação popular, decolonialidade e movimento de prostitutas, este último entendido como movimento social. Com Paulo Freire (2011), entendo educação popular como “um esforço de mobilização, organização e capacitação científica, técnica e política das classes populares, visando à transformação e inclusão social” (NETO, 2016, p. 31).

Diante da diversidade de estudos sobre a prostituição, verifica-se uma lacuna no que tange a compreensão deste fenômeno social a partir do campo da educação. Muitos dos trabalhos realizados estão atrelados às estratégias educativas com mulheres que exercem a prostituição desde a prática de instituições que desenvolvem ações com este público, como por exemplo, saberes relacionados ao campo da saúde, à exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de pessoas e violações de direitos. Dentre os trabalhos realizados, destacamos a pesquisa de Sousa (2007, 2012) por pesquisar os saberes das mulheres no contexto da prostituição, saberes construídos entre mulheres e entre elas e seus clientes neste cenário.

Assim, ênfase nesta discussão, um olhar atento às contribuições que o movimento de prostitutas, a partir da categoria pedagogia da batalha tem trazido para a construção de uma educação popular e deloconial. Tal perspectiva nos convoca inclusiva, a rever (re) pensar os espaços dialógicos acerca dos feminismos. Isto porque as trabalhadoras sexuais tem afirmado cada vez mais enfaticamente (e com razão) que são feministas sim e compartilham também das lutas emergentes na contemporaneidade. São Putas Feministas! Este movimento, portanto, além, de educativo é decolonial, pois nos faz mirar as revoluções urgentes em favor dos subalternos no mundo, aqueles e aquelas ocupantes das periferias.

María Lugones (2019) propõe uma leitura da relação entre o colonizador e colonizado no que se refere a gênero, raça e sexualidade e demonstra que a crítica das mulheres de cor e do Terceiro Mundo ao feminismo universalista e traz para o centro do debate o fato de que a intersecção de raça, classe, sexualidade e gênero vão além das categorias da modernidade. No bojo destas discussões emerge o feminismo latino-americano decolonial questionando de um lado o feminismo hegemônico que têm reproduzido as relações coloniais e por outro, construindo uma teoria política e epistemológica propositiva tecida na América Latina. O feminismo Latino-Americano Decolonial tem suas bases epistêmicas fundadas em diversas

experiências: movimentos de mulheres indígenas, afro, feminismo de cor dos Estados Unidos, feminismo antirracista, feminismo autônomo (LUGONES, 2019; CURIEL, 2020). Importante destacar nesta memória e discussão acerca dos feminismos a proposta de Lugones e outras autoras acerca da *colonialidade*. Lugones (2019) utiliza o termo colonialidade seguindo a análise de Aníbal Quijano sobre o sistema capitalista mundial para

Nomear não apenas uma forma de classificar pessoas através de uma *colonialidade* de poder e dos gêneros, mas também para pensar sobre o processo ativo de redução das pessoas, a desumanização que as qualificam para a classificação, o processo de subjetivação, a tentativa de transformar o colonizado em menos que humano (LUGONES, 2019, p. 361).

Neste movimento esta autora, se afirma como teórica da resistência e aponta seu interesse no movimento de libertação subjetivo/intersubjetivo que pode ser adaptativo e criativo. Neste sentido, a resistência é esta tensão entre a formação/informação do sujeito e senso mínimo de agência necessária para que a relação de opressão seja também ativa. A colonialidade do gênero é “apenas um ingrediente ativo na história das pessoas que resistem. Quando foco nas pessoas resistentes na dinâmica da diferença colonial, quero revelar o que está escondido” (LUGONES, 2019, p. 364).

Ao considerarmos o contexto da prostituição, Piscitelli (2005) aponta que a prostituição envolve uma diversidade de trabalhos sexuais. Assim, as definições e correntes que têm buscado conceituá-la contribuem pouco para pensar os diversos tipos de relações e inserção que a compõem. Existe, portanto, um jogo de oferta e demanda de sexo e sensualidade que perpassado pela mercantilização, não necessariamente assume a “forma de contrato explícito de intercâmbio entre sexo e dinheiro” (PISCITELLI, p.08). Desse modo,

[a] prostituição é uma prática social complexa que está ligada à economia, ao trabalho, à sexualidade, à moral e às relações de gênero. Compreender a complexidade dessa prática implica reconhecê-la como atividade multifacetada composta por fatores sociais, econômicos, culturais e pessoais que inviabilizam a

construção de uma modelo explicativo homogêneo, rígido e estático sobre a mesma (SOUSA, 2007, p. 23).

Os processos de inserção, permanência, deslocamentos, socialização e educação (construção de saberes) vivenciadas pelas trabalhadoras sexuais nesta prática as constituem como sujeitos e mulheres em toda sua integralidade. Assim, “estar na rua”, por exemplo, “produz corpos com saberes e sensibilidades diferenciais” (OLIVAR, 2010, p. 189). Neste lócus, as mulheres constroem a si mesmas, estabelecem sentidos e modos de vida, gestam relações (familiares, sociais, culturais), garantem sua sustentabilidade e de seus familiares, fazem-se e se constituem sujeitos e agentes de suas histórias. Portanto, a partir desta realidade situamos a reflexão aqui apresentada. Partimos do saber de experiência de Diana Soares, uma das lideranças do movimento de prostitutas no Brasil e em seguida uma discussão acerca dos elementos fundamentais desta pedagogia da batalha, ou seja, pedagogia tecida e construída no interior do movimento de prostitutas, uma ferramenta importante no processo de luta contra putafobia.

## 2. Movimento social de prostitutas no Brasil: com a palavra Diana Soares

*Fazendo Vida...  
Andarilhando pela Praça, pelos corpos e sentidos.  
Fazendo Vida, na vida, no bar, em casa...  
No movimento da rua inconstante  
Nos des(encontros) de gente cambiante.  
Fazendo Vida...  
De banco em banco, de quarto em quarto  
Na calada da noite, no dia nascente  
Vida e Batalha  
Batalha e fazer-se  
Mulher da Vida...  
Mulher em via...*

A história do Movimento de Trabalhadoras Sexuais tem sido contada por figuras como Gabriela Leite e Lourdes Barreto, uma história de Puta

Resistência. Neste estudo, quis pelo fato de estar próxima destas trabalhadoras, escutar de outras lideranças a história deste potente Movimento.

Estas narrativas se complementam e se enriquecem, pois, trazem facetas diversas de uma história de autonomia e ousadia. Apresento a narrativa de Diana Soares, trazendo elementos de como o Movimento vai sendo construído na região Norte e Nordeste brasileiro. Verificamos embates, ativismo, engajamento, idas e vindas de um coletivo diverso e heterogêneo. Reconhecemos a potência e o lugar de liderança de Gabriela Leite e Lourdes Barreto, e também, reconhecemos as outras vozes de lideranças deste movimento, lideranças estas que estão presentes e tecendo o Movimento em seus contextos e realidades.

A memória de Gabriela Leite<sup>2</sup>, Lourdes Barreto, Rosalina Sampaio, Fátima Medeiros, Diana Soares, Monique Prada e outras lideranças emergem como sinal de que desde finais dos anos 1970 e até a atualidade diversas trabalhadoras têm se posicionado e falado da grande relevância em se reconhecer os direitos das Trabalhadoras Sexuais, o exercício do trabalho sexual, a apropriação e saberes acerca do corpo, a luta contra estigmatização e preconceitos e sobretudo, a expertise que as Trabalhadoras Sexuais têm quando se trata da saúde, na luta contra o HIV/AIDS e prevenção.

As trabalhadoras são também feministas e reivindicam o direito de pautar estas questões no âmbito do pensamento feminista. O Puta Feminismo trata-se de uma *epistême* potente e revolucionária. Ele fala da urgência em construir feminismo antenado com a diversidade de pessoas. Sem dúvidas, é

---

<sup>2</sup> Gabriela Leite foi ativista e Puta feminista, incansável na luta pelos direitos das Trabalhadoras Sexuais. Foi prostituta da Boca do Lixo, zona boêmia em São Paulo, em Belo Horizonte e na Vila Mimosa no Rio de Janeiro. Fundadora da ONG Davida que defende os direitos das prostitutas e a regulamentação da profissão. Juntamente com Lourdes Barreto fundou na década de 1980 o Movimento Nacional de Prostitutas. Gabriela Leite foi também idealizadora da grife Daspu, desenvolvida por prostitutas e cujo nome é uma provocação à Daslu, a maior loja de artigos de luxo do Brasil, pertencente à empresária Eliana Tranchesi. Gabriela morreu em 10 de outubro de 2013 com 62 anos.

possível afirmar que o Movimento de Trabalhadoras Sexuais se insere no bojo dos chamados Saberes Subalternos, ou seja, aqueles saberes que “partilham de um lugar epistêmico questionados das teorias eurocêntricas que, sob alegado de universalismo, privilegiam uma forma de conhecer que toma o Ocidente, a branquitude, o masculino e a heterossexualidade como medida do humano” (MISKOLCI; PELÚCIO, 2012, p. 10)

Importante destacar que adiante, no desenrolar deste estudo irá aparecer a memória da história de luta das Trabalhadoras Sexuais no Brasil e no mundo. Interessa neste texto, entretanto, escutar Diana Soares, por se tratar de uma de nossas interlocutoras e estar pautado na experiência de encontro desta pesquisadora com ANPROSEX e lideranças que fazem parte desta organização. Escutar a voz de Diana, implica também problematizar e impulsionar um questionamento no interior do próprio movimento e fora dele acerca de quais são as vozes visibilizadas, mesmo quando estamos inseridos em um processo de construção coletiva. Muitas vezes escutei Diana Soares e outras lideranças do movimento afirmar e reafirmar histórias e narrativas do movimento deste as regiões Norte e Nordeste do Brasil e que não foram escutadas. Esses saberes subalternos do movimento se fazem presente na voz de Diana Soares:

*Fiquei sabendo da existência da rede, que existiam redes nacionais e eu até então comecei a conhecer e a saber da necessidade de organizar nos Estados ou nas cidades, se organizar como Movimento de Prostitutas, mas eu não entendia muito bem como é que funcionava essa política e estes espaços.*

*Quando fui a um dos primeiros encontros de prostitutas, eu não tenho certeza, acho que foi no Ceará, em Fortaleza, da APROCE. Lá eu fiquei sabendo que a gente precisava se organizar, sair de dentro do movimento GLS, na época era assim e depois com a luta passou a ser LGBT. Então, lá, através da Rosalina que nos deu conselho: que nós precisávamos sentar e fundar a nossa Associação. E sair de dentro do movimento de gays porque eles sempre iam ficar nos usando. E a gente precisava acessar os projetos, acessar várias outras políticas, várias outras lutas. Foi quando fiquei sabendo que existia a Rede Brasileira de Prostitutas. A Rosalina nos ensinou tudo o que deveríamos fazer para fundar uma associação, todos os trâmites e a gente foi pra Natal e em Natal a gente se reuniu pra isso. Só que no dia dessa reunião, reunião de fundação da ASPORN eu não estava presente. Eu tive uma discussão com a então primeira presidente. A gente teve uma discussão e eu não fui. Então não posso me considerar*

*uma das fundadoras da ASPRORN porque no momento certo eu não estava. Cheguei já depois de vários dias porque a presidente foi atrás de mim e entrei né. Mas aí já estava tudo formalizado. Na primeira oportunidade eu fui colocada como secretária. Isso já tinha vencido o primeiro mandato e nisso teve primeiro ou segundo encontro nacional de profissionais do sexo, que foi no Rio de Janeiro.*

*Nós nos encontramos todas. Eu conheci todas as antigas, as antigas do movimento, as que estavam chegando como eu que foi as meninas da Paraíba. Eu acho que a diferença nossa é muito pouco, das nossas associações. Fiquei conhecendo-as, fiquei conhecendo a Fátima. Muitas eu já tinha visto em Fortaleza. Tinha muitas que não tinha associação, eram só os Estados e foi quando foi elaborado a carta de princípios da Rede. Foi lá que eu fiquei sabendo que tinha a Rede Brasileira de Prostituta e que toda associação tinha que se filiar e aquela história toda, pra gente construir as políticas e tudo. Ai eu fui vendo como eram as coisas, engatinhando como aconselhou a Rosalina. Ela dizia: vocês dizem que não sabe de nada, mas vocês vão engatinhando e engatinhando que um dia vocês chegam lá, mas eu juro pra você que até hoje eu tô engatinhando, principalmente nestas questões burocráticas e técnicas.*

*Os anos foram passando e vem essa história de projeto e eu percebia que a coordenação da Rede, as coisas melhores só quem era privilegiado eram as pessoas que eram coordenadoras. Aí eu fui vendo que a gente precisava, bem o Nordeste estava sempre de fora, sempre perdendo, só pessoal lá do Sul, só pra lá, só o pessoal da coordenação, o pessoal que estava mais próximo da Gabriela Leite era quem conseguia acessar projetos. A não ser quando Gabriela acessava um projeto amplo, tivesse uma amplitude nacional. Era aqui e acolá e algumas de nós eram beneficiadas. Tirando isso a gente só via benefício só para os próprios Estados e Municípios ou então através da Pastoral da Mulher Marginalizada. Então aquilo começou a me incomodar, eu comecei a perceber que a Rede Brasileira de Prostitutas era de prostitutas, mas prostitutas não tinha voz, não tinha vez, era sempre as técnicas e os técnicos. Ai aquilo começou a me incomodar e eu comecei a mobilizar o Nordeste, as colegas do Nordeste e começamos a nos articular para formar uma Articulação do Nordeste. Só que a gente viu que tinha algumas pessoas do Norte que não estava muito feliz com Lourdes Barreto e aí começou. Aí dissemos: vamos fazer o seguinte: vamos fundar a articulação Norte e Nordeste. Aí fomos até mal interpretadas. E a gente se afirmou como uma Articulação Norte e Nordeste porque a gente sempre estava de fora.*

*Então, a trancos e barrancos fundamos a Articulação Norte e Nordeste e a gente era muito bem, sabe uma articulação muito bonita, mas sempre tinha aquelas coisas que tinha a Rede Nacional e tinha outras regiões somando conosco, né? Ai a gente começou a ver que a gente não era forte o suficiente pra ir para o embate com a Rede Brasileira de Prostitutas porque a maioria era muito tímida pra briga, pra fazer valer sua voz. Então, a gente começou a ver que tinha outras regiões e decidimos fundar uma Rede Nacional.*

*Muitas organizações estavam fechando as portas, perdendo o interesse de continuar no ativismo, de continuar na luta, porque uma rede sempre está dando um jeito de incentivar né? Dar pelo menos apoio moral. Aconselhando e trazendo ideias novas, essa coisa toda.*

*Aconteceu muito isso dentro da Articulação Nacional, a gente pensou muitas coisas e levantou um bocado até as redes que estavam fechadas por falta de recursos. Foi quando a Monique Prada chegou ao movimento também e pediu pra entrar na Rede, mas não deu certo. Então foi quando eu conheci a Monique e apresentei a Monique às demais e fomos para Manaus e em Manaus criamos a CUTS, que no caso era pra ser a Articulação Nacional e Monique sugeriu que fosse chamado de CUTS (Central Única de Trabalhadoras Sexuais). A CUTS era uma forma de nos afirmar como trabalho e ao mesmo tempo provocar as mulheres do PT. E fundamos a CUTS, mas aí quando foi, bem nos intervalos, aí comecei a chamar a Fátima pra entrar na CUTS, foi uma luta, porque ela acreditava que a Rede ia mudar e aquela coisa toda, mas no fim teve algo que a Rede fez contra a Bahia e a gente chegou lá e lutamos pra ela estar presente em um evento internacional. Nós lutamos e conseguimos colocar Fátima nesse evento, coisa que a Rede Brasileira não fez. Então, foi quando Fátima acreditou que era melhor sair da Rede e entrar na CUTS e dentro da CUTS a gente começou a ver que as coisas estavam sendo do mesmo jeito da Rede Brasileira de Prostitutas. Aí foi quando com um ano depois saímos, tivemos uma discussão política muito feia. Começamos a nos articular e fundamos a Articulação Nacional de Profissionais do Sexo, hoje ANPROSEX.*

Durante os anos 1990 e 2002, o movimento de prostitutas vai se consolidando. Ocorre a institucionalização dos movimentos de modo que se antes existiam vários movimentos autônomos, agora eles começam a se institucionalizar. Os movimentos de prostitutas foram se aproximando dos movimentos de luta contra a doença e propunham ações conjuntas, diferente de outros movimentos sociais que tinham dificuldades em integrar as prostitutas às causas. Neste cenário, ocorrem muitas viagens de prostitutas pelo mundo, com o objetivo de participar de congressos sobre AIDS. Em 2002, a inclusão do descritor “profissional do sexo” na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério de Trabalho e Emprego.

No período que compreende os anos 2003 a 2015, os movimentos de prostitutas vão conquistando cada vez mais visibilidade e autonomia pautando diferentes debates e ações que dizem respeito à prostituição. Barreto (2015) aponta que é possível observar diferentes países se tornando cada vez mais articulados, tanto através de encontros de AIDS, como de redes e eventos próprios. Na década de 2000, vemos nos feminismos um crescente

interesse pelo tráfico de pessoas, vinculado aos discursos sobre direitos de crianças.

Mais contemporaneamente, os movimentos de prostitutas, assim como, outros movimentos feministas, vão se tornando cada vez mais transnacionais. No âmbito da América Latina, temos a RedTrasex (*Rede de Mujeres Trabajadoras Sexuales de Latinoamérica y el Caribe*) e no Brasil, a Rede Brasileira de Prostitutas, a ANPROSEX Articulação Nacional de Profissionais do Sexo Central única de Trabalhadores e Trabalhadoras Sexuais (CUTS). Todos estes grupos têm atuado na perspectiva de articular e lutar pelos direitos das trabalhadoras sexuais, assim como, pela garantia de políticas públicas que reconheçam este grupo social, que historicamente tem sido estigmatizado e discriminado.

### **3. Contribuições da Educação popular Libertadora no processo de emancipação: Putas Feministas em circul(A)ção**

Somos um movimento social, revolucionário, dinâmico, que tem suas complicações, mas tem um grande valor, principalmente pela autodeterminação. Somos mulheres com papéis sociais.

*Lourdes Barreto*  
(GUIMARÃES, 2016)

O termo Puta apresenta muitos significados de modo que, Brasil (2012), citando Dolores Juliano (2010), diz que a palavra “puta” não se limita somente às prostitutas, antes ela faz parte de um insulto para se referir a qualquer mulher que viole as normas estabelecidas, tanto no campo da sexualidade quanto em outras dimensões. A estigmatização dos diferentes coletivos de mulheres tornar-se um mecanismo de controle que atinge as mulheres que não são estigmatizadas e assim estas são convencidas em não infringir aos modelos vigentes (JULIANO, 2005, p. 82)

Desde os anos 1980, o movimento de prostitutas tem levantado bandeiras de luta e defendido o direito das Trabalhadoras Sexuais, a legitimidade política e social dos clientes e o direito de decidir sobre as estratégias de resistência para superar a exploração. Desse modo, a prostituição é cada vez mais entendida como um fenômeno complexo e multifacetado do qual diversos fatores e dimensões estão relacionadas e imbricadas.

Historicamente, desde 1975, mais precisamente no dia 02 de junho<sup>3</sup>, que atualmente é comemorado como dia Internacional das Prostitutas, as prostitutas reivindicam seus direitos. Neste caso, na França, 150 prostitutas ocuparam uma igreja na cidade de Lyon em protesto contra o preconceito, discriminação e repressão policial. Em 1979, no Brasil, temos o marco inicial de visibilidade do processo de organização das mulheres que tem como atividade a prostituição e que passam a se denominar de profissionais do sexo. A partir das pesquisas e estudos, junto às trabalhadoras sexuais, tenho observado a construção de uma pedagogia própria, da qual denomino de pedagogia da batalha. Esta pedagogia guarda elementos da educação popular libertadora, ou seja, uma educação que tem possibilitado a emancipação dos sujeitos históricos. A articulação desta Putas Ativistas em circulação tem impulsionado quebra de paradigmas, inclusive no interior do movimento feminista.

As pesquisas em diálogos com as trabalhadoras sexuais em seus contextos têm permitido, a partir de um olhar para o chão da *batalha*, fazer uma leitura destas realidades. As falas e relatos das trabalhadoras sexuais, seu processo de luta política e emancipação tem trazido ao centro destes estudos, as próprias sujeitas históricas e políticas. Quando trabalhadoras sexuais protagonizam estudos e pesquisas, quando organizam projetos e

---

<sup>3</sup> No contexto nacional e internacional, da década de 1970, prostitutas se rebelavam contra o seu lugar na sociedade, tão fortemente marcado por preconceito, discriminação e, em como consequência destes, pela violência.

desenvolvem ações conjuntas realizam um processo de desmascaramento da realidade. Os corpos destas trabalhadoras sexuais, suas falas e lutas nas redes sociais, nas praças, becos e ladeiras são, de antemão, o des-velamento da realidade. De acordo com Paulo Freire (2011), a leitura de mundo, além de ser um ato político, pois permite ver a realidade com criticidade, trata-se também dos direitos de dizer a palavra. Portanto, quando trabalhadoras sexuais des-velam seus mundos ela proclama sua palavra, a partir do direito e pelo direito.

A palavra dita encontra eco junto à outros movimentos sociais. Ela se amplia e se estabelece por meio do processo organizativo destas trabalhadoras sexuais. As vozes das trabalhadoras sexuais escancaram suas lutas por direitos e cidadania, não como vítimas da história, mas como agentes e protagonistas de seus caminhos. Paulo Freire apontava que a educação deve ser problematizadora/ libertadora, ou seja, a educação é sempre um ato político que convoca posicionamentos diante das contradições e dos conflitos vivenciados no mundo. Diana Soares afirma que foi no interior do movimento de prostitutas, se ouvindo e ouvindo as outras companheiras que ela “perdeu a vergonha” e começou a soltar a voz.

O movimento de prostitutas nesta concepção guarda consigo uma perspectiva educativa, ou seja, ele por si só constrói metodologias e formas emancipadoras onde as sujeitas podem ser mais. Neste sentido, a pedagogia da batalha, tem contribuído para a constituição destas trabalhadoras sexuais como sujeitas históricas. São fazedoras de história. Trata-se, portanto de uma pedagogia da coletividade, uma pedagogia da práxis contra toda forma de preconceito e em defesa de qualquer tipo de negação de direitos.

Considerando o protagonismo das trabalhadoras sexuais no Brasil, assim como sua diversidade em expressões e manifestações, Laura Murray nos apresenta o conceito de *Putas Politics* como um conceito que procura abolir as divisões entre instituições e a rua; ao contrário de incorporar e adequar as prostitutas a espaços institucionais é ocupar espaços institucionais com as

pautas da prostituição. Ou seja, este conceito *Putá Politics* nasce da filosofia política de Gabriela Leite que desde o nascimento do movimento expressava que era necessária outra forma de fazer política, uma política que estivesse baseada na fluidez e alegria dos bares e das ruas.

A trajetória pessoal de Gabriela Leite é um componente relacional importante para compreendermos as condições sob as quais ocorreram mudanças nas práticas discursivas em torno do fenômeno da prostituição no Brasil contemporâneo. No fim da década de 1980, novas ideias sobre a mulher prostituta alcançaram os meios de comunicação, grupos de intelectuais e acadêmicos, artistas, representantes de círculos políticos e religiosos, de organizações governamentais, não governamentais e diferentes movimentos sociais. Esse processo também foi marcado por muitas controvérsias, inquietações ou mesmo rupturas. Iniciou-se aí um longo e tenso caminho para um reconhecimento público e político que questionava atributos negativos que associavam a mulher prostituta às ideias de passividade, isolamento, degradação, ameaça, contaminação, entre outros (FONSECA, 2020, p. 256).

Murray (2016) afirma que a lógica do que está nomeando de *Putá Politics* expressa muito das intenções do movimento de prostitutas, ou seja, a *Putá Politics* nos aponta uma forma de fazer política que desestabiliza as hierarquias dominantes de gênero e sexualidade. O exercício cotidiano da *Putá Politics*, a meu ver, não se realiza de forma solitária, antes, ela se realiza a partir e no interior do movimento social de prostitutas. É aí que a pedagogia da *batalha* acontece. Apontamos, portanto, que a pedagogia da batalha, como ferramenta e instrumento de transformação social é uma expressão vida da educação popular, tal como nos ensinou Paulo Freire e da decolonialidade tal como tem sido pensada na contemporaneidade. Neste sentido, entendo junto de Neto (2016) que a decolonialidade e educação popular se encontram, e no fundo são expressões das mesmas lutas, resistências e insurgências.

*Ser presença no mundo*: este é o chamamento feito por Paulo Freire na primeira carta deste livro. Enquanto seres históricos, imersos na realidade,

somos chamados a ser presença no mundo e assim sendo estamos sujeitos a correr riscos. Desse modo, “o risco é um ingrediente necessário à mobilidade sem a qual não há cultura nem história” (FREIRE, 1997, p. 30). Não há existência humana sem risco, em maior ou menor grau. A educação, nesta lógica, é aquela que estimule a “correr riscos”, ou seja, “como ser humano, não devo nem posso abdicar da possibilidade que vem sendo construída, social e historicamente, em nossa experiência existencial de, intervindo no mundo, inteli-lo e, em consequência, comunicar o inteligido” (p.31). A educação crítica está pautada na percepção lúcida da mudança que inclusive revela a presença do ser humano no mundo. Uma presença interventiva.

A rua e as experiências de quem se faz cotidianamente a partir dela, assim como a participação no movimento de putas educam, pois possibilitam espaços de trocas diversas. A educação popular é entendida aqui como um referencial que emerge como um movimento de trabalho político com as classes populares e se encontra presente nos discursos de grupos, movimentos sociais, organizações não governamentais, instituições estatais e organismos internacionais tem contribuído na reflexão acerca do reconhecimento dos aprendizados e saberes destes grupos subalternos.

O Movimento de Prostitutas tem se configurado neste lugar que de um lado abre brechas e por outro lado procura brechas. Abre brechas na medida em que por meio das vozes das prostitutas denuncia processos de preconceitos e estigmatização historicamente legitimados contra estes grupos. Por outro lado, procura encontrar brechas para seguir pautando as lutas do Movimento, denunciando as violações ainda presentes na sociedade e provocando o agenciamento e fortalecimento da cidadania das prostitutas. Monique Prada (2018) tem afirmado que o putafeminismo, neste contexto, tem sido motivado pela necessidade de auto-organização, emancipação e autonomia das Trabalhadoras Sexuais e isso implica em reconhecer tais brechas e também os passos e modos de resistências.

### 3. Conclusão

Iniciei este artigo falando da importância da revolução construída pelo Movimento de Trabalhadoras Sexuais, entendido também como um importante movimento social, que desde finais da década de 1970, no Brasil tem construídos pautas e processos importantes de luta, resistências e luta pela cidadania deste coletivo. Tais lutas emergem em um contexto hegemônico atravessado pela colonialidade/ modernidade, ou seja, negação da pluridiversidade dos corpos, sexualidades, vivências, saberes e experiências.

A proposta de um texto que aborde sobre decolonialidade no Brasil a partir da escuta das vozes das Trabalhadoras Sexuais é impulsionada a partir dos movimentos transgressores destes sujeitos políticos. Reconhecemos a força do movimento e sua emergência por meio de lideranças como Gabriela Leita e Lourdes Barreto e desde aí, reconhecemos o movimento de trabalhadoras sexuais também como movimento que transversaliza e problematiza a sociedade machista, heterossexista, racista, homofóbicaa, as vozes das Putas Feministas. Por outro lado, neste artigo, ao escutar a voz de Diana Soares, tecemos também perguntas no interior do próprio movimento sobre onde estão as outras vozes do Movimento de Trabalhadoras Sexuais? As vozes Pretas, Nordestinas, Nortistas, as vozes subalternas? De que como tem sido reconhecidos e visibilizados os Sabres Subalternos no interior do Movimento de Prostitutas no Brasil?

O ponto de partida da discussão aqui apresentada foram os estudos e pesquisas já desenvolvidos, em particular o conceito de batalha, ou seja, vivências e relatos destas trabalhadoras os modos de resistências das trabalhadoras sexuais contra a putafobia e garantia de direitos, principalmente no que tange à cidadania. Para tal, foi considerado a perspectiva freireana de educação como elemento chave neste processo. A educação pensada como forma/lugares de constituição de sujeitos – imprime nas dinâmicas sociais desta prática uma maneira própria de vivenciar o

mundo e de atribuir sentidos e significados àquilo que é vivido a partir de tramas e enfrentamentos cotidianos da batalha na rua.

A partir daí o conceito de decolonialidade foi a partir dos corpos e movimentos das trabalhadoras sexuais, em um movimento de des-velamento das cenas e imagens acerca dos modos como trabalhadoras sexuais, em *batalha* tecem e constroem uma pedagogia própria, aqui denominada de pedagogia da batalha. Esta pedagogia da *batalha* carrega consigo elementos do que temos denominado de decolonialidade.

Esta pedagogia ecoa na voz de Diana Soares e nos apresenta os Saberes Subalternos construídos dentre e fora do Movimento de Trabalhadoras Sexuais. Gayatri Spivak (2010) nos mostrou em sua obra que o subalterno não pode falar não porque não tem voz, mas porque o vocabulário disponível insere até mesmo seu discurso na ordem do poder. Escutar a voz de Diana Soares, seu discurso significa reconhecer os silêncios e invisibilizações dentro e fora do Movimento de Trabalhadoras Sexuais. Diana nos ajuda a des/decolonizar nosso olhar! Quando estas vozes emergem, para além da Puta Politics, reconhecemos as Putas Subalternas, seus saberes, vozes e lideranças dentre e fora do Movimento de Trabalhadoras Sexuais.

## Referências

- BARRETO, Letícia Cardoso. **Somos sujeitas políticas de nossa própria história:** prostituição e feminismos em Belo Horizonte. 2015. 261 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- BECKER, Howard. **Outsiders:** estudos de sociologia do desvio. Trad. Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BONOMI, Carolina. **“Mulher da vida, é preciso falar”:** um estudo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais. 2019. 192f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.
- CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento Feminista hoje:** perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler.** 51ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 62ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2020.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 15ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GUIMARÃES, Paula. **Lourdes Barreto: 30 anos na luta por identidade das prostitutas e contra violências**. IN: <https://catarinas.info/lourdes-barreto-30-anos-na-luta-por-identidade-das-prostitutas-e-contra-violencias/> 2016. Acesso: 31 de agosto de 2022.
- HELENE, Diana. **O movimento social das prostitutas e o direito à cidade para as mulheres**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11& 13th Women's Worlds Congress. 2017.
- LENZ, Flávio. **O estado da saúde e a “doença” das prostitutas: uma análise das representações da prostituição nos discursos do SUS e do terceiro setor**. Monografia (Especialização em Comunicação e Saúde) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT), Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.
- LUGONES, María. Rumo ao feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019. p. 357-377.
- MIGNOLO, Walter. Prefacio. In: PALERMO, Zulma. **Des/Decolonizar la Universidad**. 1ª-ed. Cidade Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2015, p. 07-13.
- MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa (Orgs). **Discursos fora da ordem: sexualidade, saberes e direitos**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2012. Coleção Queer.
- MORAES, Aparecida F. **Gabriela Leite e mudanças nas práticas discursivas sobre prostituição no Brasil**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol 33, no 70, p. 254-279, Maio-Agosto, 2020.
- MURRAY, Laura R. **Not Fooling Around: The Politics of Sex Worker Activism in Brazil**. Tese de doutorado em Filosofia - Escola Superior de Artes e Ciências, COLUMBIA UNIVERSITY, 2015.
- MURRAY, Laura Rebecca. **Uma reflexão histórica, teórica e etnográfica sobre o ativismo de prostitutas no Brasil**. ABA 2016. A gestão pública da prostituição: políticas, putas e conflitos nas arenas locais e internacionais.
- MURRAY, Laura. Uma reflexão histórica, teórica e etnográfica sobre o ativismo de prostitutas no Brasil. In: **Anais... 30ª ABA: Políticas da antropologia: ética, diversidade e conflitos**, 30, 2016, João Pessoa., João Pessoa: UFPB, 2016, p. 1-14.
- NETO, João Colares da Mota. **Por uma pedagogia decolonial na América Latina: reflexões em torno do pensamento de Paulo freire e Orlando Fals Borda**. Curitiba: CRV, 2016.
- OLIVAR, José Miguel. **Guerras, trânsitos e apropriações: políticas da prostituição feminina a partir das experiências de quatro mulheres militantes em Porto Alegre**. Tese (Doutorado Antropologia Social) Universidade Federal do Rio Grande do Sul., Porto Alegre, 2010.
- PELÚCIO, Larissa. **"Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti"**. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 25, p. 217-248, 2005.
- PRADA, Monique. **Putafeminista**. São Paulo : Veneta, 2018.
- SILVA, Fernanda Priscila Alves; COSTA, Lívia Fialho. Educação e roda colaborativa: etnografia de processos formativos e experiências de mães que exercem a prostituição. **Rev. FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 28, n. 56, p. 150-161, set./dez. 2019.
- SOUSA, Fabiana Rodrigues. **A noite também educa: compreensões e significados atribuídos por prostitutas à prática da prostituição**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos: São Carlos, 2012.

SOUSA, Fabiana Rodrigues. Legado freireano, feminismos e prostituição: desvelando o político-pedagógico na pesquisa em educação. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v.22, n.4, out./dez. 2018, p. 324-333.

SOUSA, Fabiana Rodrigues. Putas que falam: reflexões sobre autonomia e protagonismo político de prostitutas. *In: Anais...* Mundo de Mulheres e Seminário Internacional Fazendo Gênero, 13, Florianópolis, s/v, 2017, p.1-9.

SOUSA, Fabiana Rodrigues. **Saberes da noite**: percepções de mulheres que prestam serviços sexuais sobre o educar-se nas relações com seus clientes. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos: São Carlos, 2007.

Artigo recebido em: 18/02/2023.

Aceito para publicação em: 04/07/2023.